



COOPERAÇÃO E RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL, AMÉRICA LATINA E CHINA AMPLIADAS: UM NOVO INSTRUMENTO DE FREIOS E CONTRAPESOS MUNDIAL¹

Neste ano de 2024 comemoram-se 50 anos de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, estabelecidas em 1974.

Neste período de meio século, a elevação da importância e influência da China na economia e geopolítica mundial, teve significativa relevância para América Latina e para o Brasil, notadamente pela importante elevação de investimentos em infraestrutura, aumento das transações comerciais e aporte de bancos chineses nos fatores de produção da região.

Um processo institucional, político e negocial entre dois países que ocupam vastas áreas no mapa mundial, possuem população enormes, fazem trocas que se ampliam anualmente em progressão geométrica e localizam-se, geograficamente, em áreas extremas do planeta, nas Américas, no caso do Brasil, e no Oriente, no caso da China, gerando situações geopolíticas que os podem torná-los futuros pratos de uma imensa balança - equilibrada, harmônica - entre extremos fronteiros.

Um rearranjo que poderá provocar um novo equilíbrio transcontinental, um *check and balance* - não apenas entre poderes locais, mas, sobretudo, entre países - que reordene e amplie as mesas de negociação internacionais, que reveja o multilateralismo mais do que ultrapassado e datado dos pós segunda guerra mundial, reposicionando, como forças e contrapesos, Brasil, a oeste, China, a leste, e duas peças que continuarão a impor peso, pelo significado, nas decisões entre as Partes mundiais. Os Estados Unidos, tendo, neste novo mapa de forças, como contraposto, o Brasil e, conseqüentemente, a América Latina e a União Europeia, no centro pendular entre cada um destes três atores, atuando de acordo com as “circunstâncias” de Ortega y Gasset.

¹ Documento apresentado pela Fundação João Mangabeira durante encontro realizado na China entre instituições chinesas e *think tanks* latino-americanos.



Uma verdadeira, mas retardada reengenharia decolonial², não somente para o Brasil, mas para toda a América Latina e quiçá, também a África, nada distante da influência chinesa, igualmente.

Números deste expressivo aumento nas relações comerciais, commodities notadamente, entre Brasil e a China, mas também em toda América Latina (GALLAGHER, 2016 *apud* HIRATUKA, 2022)³, ganham volume a partir do início do século XXI. O Brasil, pelo tamanho de sua economia e mercado, tem um impacto maior, que se espalha por todo o continente, saindo de menos de US\$ 1bilhão em 2000 para US\$ 67,8 bilhões em 2020.

Mostrando amadurecimento bilateral, os Investimentos Externos Diretos - IED chineses em infraestrutura no Brasil impressionam. Saltam de 0,6% em 2010 para 52% em 2020, apenas no setor sistemas de tratamento e abastecimento de água e eletricidade. Somadas, todas as despesas - energia, petróleo e gás, minerais metálicos etc - entre 2007 e 2020 o IED chinês chegou a US\$ 66,1 bilhões (HIRATUKA, 2022).

Essa capacidade de investimento em infraestrutura, trocas comerciais e diálogo institucional, cada ano mais significativa, trouxe, consigo, o interesse de vários “centros de pensamento”, nome que o grande filólogo brasileiro, ex-ministro do governo Itamar Franco, presidente do Partido Socialista Brasileiro - PSB e membro da Academia Brasileira de Letras, deu aos *think tanks*, em debater a América Latina e a China, a exemplo da parceria assinada entre o Instituto de Estudos Contemporâneos da China e do Mundo - ACCWS, instituição vinculada à Administração de Publicações de Línguas Estrangeiras da China (Grupo Internacional de Comunicação da China - CIGG) e o Instituto Lula (institutolula.org) em 2022. Como avanço, seria oportuno ampliar estes

² Sociedade que outrora foram colonizadas, mas não se libertaram completamente do colonialismo quando se tornaram independentes, posto que os processos institucionais e econômicos colonialistas ainda persistem, na América Latina toda, assim como em todos os países africanos; GROSGOUEL, R. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008 e QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. In: BONILLA, Heradio (org.). Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá: Tercer Mundo, p. 437-447, 1992, entre outros.

³ GALLAGHER, K. P. *The Chine triangle*. Nova York, Oxford University Press, 2016; HIRATUKA, C. Relações econômicas entre Brasil e China: balanço e perspectivas. In: Nova Jornada de Cooperação entre China e Brasil. Instituto Lula, 2022.



Acordos de Cooperação entre os *think tanks* chineses, instituições acadêmicas e fundações partidárias de países da América Latina, casas de pensar responsáveis não somente pela formação política de seus quadros, mas também pela elaboração de políticas públicas, intercâmbio internacional de experiências exitosas e pesquisas socioeconômicas.

O atual programa de governo brasileiro, encabeçado por Lula e Alckmin, foi um dos documentos centrais da campanha presidencial do Brasil em 2022, proposta elaborada por um conjunto de dez fundações partidárias, entre elas a Fundação João Mangabeira, que também participou do Governo de Transição, no final de 2023.

Uña (2006:183)⁴ elaborou uma tipologia particularmente relevante para analisar e situar estas fundações como *think tanks*, dividindo-os em quatro tipos: centros de investigação privada; centros acadêmicos; fundações políticas; grupos de *advocacy*.

Garcé⁵ (2009: 38 *apud* PREUSSER, 2015)⁶ separa essa tipologia de fundações, proposta por Uña, em interna e externa. As internas correspondem a “centros de elaboração de ideias e propostas de governo que formam parte da estrutura dos partidos políticos”, sendo as fundações partidárias as principais ocorrências dessa natureza. As externas, “por sua vez, dizem respeito a institutos universitários, centros privados, organizações não-governamentais, entre outras instituições”, voltadas à pesquisa e à produção conhecimentos.

Para Echt⁷, “as fundações políticas são organizações cujas atividades não diferem daquelas realizadas por outros *think tanks*, mas que se destacam por estarem ligadas a partidos políticos ou líderes partidários” (2016: 17).

⁴ UÑA, G. Think tanks en Argentina: sobrevivendo a la tensión entre la participación y la permanencia. In: GARCÉ A.; UÑA, G. (comps.) *Think tanks y políticas públicas en Latinoamérica. Dinámicas globales y realidades regionales*. Prometeo Libros Editorial, 2006.

⁵ GARCÉ, A. Panorama de la relación entre think tanks y partidos políticos em América Latina: estudio marco. In: MENDIZABAL, E.; SAMPLE, K. (coeds). *Dime a quién escuchas ... think tanks y partidos políticos em América Latina*. Lima: Overseas Development Institute, 2009.

⁶ PREUSSER, F. Fundações partidárias e think tanks no Brasil: uma proposta de análise. In: 6º. *Congresso Nacional de Sociologia & Política*. Curitiba, mai., 2015.

⁷ ECHT, L. *Los think tanks partidarios: entre el conocimiento y la política. El caso de la Fundación Pensar y el PRO en Argentina*. Universidad Nacional de San Martín y Georgetown University: Tesis de maestría dirigida por Adolfo Garcé (Universidad de la República) y Julián Bertranou (Universidad



Uma situação a se estudar e discutir entre estes *think tanks* seria como aproximar as relações chinesas com o Brasil e América Latina, guardadas as proporções dos países, de suas economias e investimento em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, com vista a encontrar uma fórmula na qual o “Tratado de Methuen”, acordo comercial e militar entre Portugal e Inglaterra, assinado em 1703 e encerrado em 1836, baseado na troca dos vinhos portugueses pela produção têxtil inglesa, não regule as trocas comerciais entre as duas regiões, situação que, negativamente, ora ocorre e reprimariza os fatores de produção latino-americanos.

Em seus “Princípios de Economia Política e Tributação” (1817), Ricardo (2015), esboçou, a partir das da “Teoria das Vantagens Absolutas”⁸, de Adam Smith e de “Methuen”, a “Teoria das Vantagens Comparativas” (2015)⁹, postulado que indica ser melhor, para países menos evoluídos científica e tecnologicamente, sem rupturas Schumpeterianas - “em todas as direções” -, exportar aquilo que forem qualificados e importar, com o excesso monetário vendido, os produtos que não conseguem produzir.

Assim como a relação construída entre Portugal e Inglaterra, provida por “Methuen”, as relações hodiernamente realizadas entre Brasil e América Latina acompanham esta equação: exportação majoritária de produtos primários (agronegócio), sem qualquer processamento industrial, e compra, da China - e de outros países -, de tecnologia embarcada, de valor agregado muito maior.

Esta situação desproporcional atrasa e impede, do ponto de vista da geopolítica, o surgimento de um novo mosaico dos pratos da balança supracitados, inserindo o Brasil e a América Latina, por consequência, como operadores deste *check and balance* entre os 4 polos mundiais: China, Brasil e América Latina, Estados Unidos e União Europeia.

Nacional de San Martín). Buenos Aires, 2016. Disponível em: http://ri.unsam.edu.ar/bitstream/123456789/1034/1/TMAG%20_EPYG%20_2016%20_EL.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

⁸ Quanto menos insumos e trabalho absoluto forem utilizados para produzir determinado bem, maior será a vantagem absoluta na produção deste. In: SMITH, A. *A riqueza das nações*, 2ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

⁹ RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª ed., Lisboa, 2015. Disponível em: <https://gulbenkian.pt/publications/principios-de-economia-politica-e-de-tributacao>. Acesso em: 20 jun. 2024.



Num caso particular da relação comercial entre Brasil e China, poder-se-ia a China incentivar a aquisição, como movimento e demonstração semiótica para construção metafísica dos freios e contrapesos suposto, e contramão expressa da “Curva de Possibilidade de Produção” - CPP de Ricardo, e negação de “Methuen”, de péssima memória para o Brasil, de produtos brasileiros com alta tecnologia embarcada, a exemplo dos aviões E-Jet E2 (Embraer), haja visto que a China comprou, em 2022, através de quatro de suas empresas aéreas, 292 aeronaves da empresa francesa-germânica Airbus, países que, não obstante relevância no mapa pacificador mundial, pouco contribuem para o cenário das balanças e de freios e contrapesos mundiais, numa posição que possa, e deva ser, talvez, assumida pela China.

Afinal, salve melhor juízo, não se é recordado de invasões ou intervenções chinesas ostensivas em países vizinhos, ou opostos geograficamente, que possam retomar o colonialismo a ser decolonizado, caso corriqueiro e recorrente na América Latina nos séculos posteriores à descoberta do Continente.

Alexandre Navarro

Vice-presidente da Fundação João Mangabeira

Membro da Câmara de Mediação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas

Beijing, 25 de junho de 2024
(50 anos das Relações Diplomáticas entre Brasil e China)